

**Desenvolvimento sustentável e turismo: o desafio da participação na  
Vila do Pesqueiro, na ilha do Marajó – Pará - Amazônia**

DOI: 10.2436/20.8070.01.190

**Juliana Azevedo Hamoy**

Mestre em Planejamento e Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
(NAEA/UFPA), Brasil

E-mail: [julianahamoy@gmail.com](mailto:julianahamoy@gmail.com)

**Mirleide Char Bahia**

Doutora em Ciências Socioambientais, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
(NAEA/UFPA), Brasil

Professora da Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [mirleidebahia@gmail.com](mailto:mirleidebahia@gmail.com)

**Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega**

Doutor em Ciências Socioambientais, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
(NAEA/UFPA), Brasil

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [wilkernobrega@yahoo.com.br](mailto:wilkernobrega@yahoo.com.br)

**Resumo**

O artigo tem por objetivo discorrer sobre o contexto local da Vila do Pesqueiro, na RESEX Marinha de Soure, destacando as principais dificuldades para o desenvolvimento sustentável para a prática do turismo. O estudo foi construído a partir de teorias sobre desenvolvimento sustentável, turismo e participação. Metodologicamente, foram realizadas quatro visitas a campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores locais da RESEX. Como resultado, a pesquisa aponta que, com a instituição da RESEX, as práticas também mudaram para uma compreensão de que a participação tem uma função cada vez mais política, envolvendo os moradores e o setor público, em prol de um objetivo em comum, destacando os desafios colocados pelos entrevistados para o desenvolvimento do turismo de modo sustentável. Entre os resultados, está a dificuldade de organização dos

moradores locais e a articulação entre os agentes públicos e comunitários no estabelecimento de ações em benefícios coletivos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Turismo. Participação. Marajó. Amazônia.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o processo de industrialização, surgiram consideráveis danos ambientais em nível mundial, além do distanciamento entre ser o humano e a natureza. Surge, então, a necessidade de afirmar o papel da natureza em diferentes níveis da sociedade, exigindo maior atenção do poder público, a qual, entre outras ações, se deu com a criação de áreas naturais com uso regulamentado, a partir de legislações pertinentes e de políticas públicas específicas. Nessas áreas, denominadas de Unidades de Conservação<sup>1</sup> (UC), entre as alternativas de uso público, está o turismo, como fenômeno potencialmente gerador de divisas, capaz de proporcionar novas experiências e possibilitar o surgimento de uma maior sensibilização sobre o meio ambiente e a cultura local.

A prática do turismo em UC é permeada por um debate que se baseia, essencialmente, na sustentabilidade e no ideal de resguardo dos recursos naturais e tem como objetivo viabilizar para a população (moradores e turistas) uma área disponível para uso de atividades que promovam a “educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o Turismo ecológico” (BRASIL, 2000). Há no Brasil cerca de 2.071 UC<sup>2</sup> (BRASIL, 2017, s/p), das quais 961 são federais, 864 são estaduais e 246 são municipais. Entre as de nível Federal, está a Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Soure, localizada na ilha do Marajó (Pará - Amazônia), foco desta pesquisa. A referida RESEX é uma faixa de terra que está sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)<sup>3</sup> e que faz parte do município de Soure, o qual tem relevante “apelo turístico” (BRASIL, 2016).

Esse “apelo turístico” se dá pelas paisagens naturais e pela biodiversidade local, que colaboram com o aumento da atratividade e, conseqüentemente, do fluxo turístico<sup>4</sup>, desde meados de 1970, quando o turismo surgiu como destaque no intuito de ser um dos pilares da política de desenvolvimento econômico da região. Na década de 1980, percebeu-se um processo de melhoria na infraestrutura de setores do turismo, com a construção de hotéis e restaurantes, com parcerias entre o poder público e as agências de viagem, além da realização de algumas ações que viabilizassem o fomento do turismo para o Marajó (FIGUEIREDO, 1999).

O turismo, considerado também como atividade econômica, tem em Soure, e especificamente na área da RESEX e em suas comunidades, um significativo potencial para fomentar o desenvolvimento sustentável da região. O objetivo desta pesquisa é

<sup>1</sup>Espaços territoriais, com relevantes características naturais, que têm a função de garantir a existência de diferentes comunidades, *habitats* e diversidade de fauna e flora, resguardando o patrimônio biológico existente (BRASIL, 2000).

<sup>2</sup>Informação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), que tem por objetivo disponibilizar informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), além de apresentar as características gerais de cada UC do país (BRASIL, 2017, s/p).

<sup>3</sup>O ICMBIO é uma autarquia do Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela gestão de UC federais.

<sup>4</sup>O fluxo para a ilha do Marajó em 2015 foi de aproximadamente 70.000 visitantes (FUNDAÇÃO, 2016).

discorrer sobre o contexto local da Vila do Pesqueiro, na RESEX Marinha de Soure, destacando as principais dificuldades para o desenvolvimento sustentável para a prática do turismo.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, foi delineada com base no estudo de caso de uma comunidade na RESEX de Soure. O estudo de caso contribui para que o pesquisador faça uma análise rigorosa sobre uma situação específica e tem como característica o caráter unitário do objeto de estudo do pesquisador (MARÚJO, 2016). A escolha por esse método global deu-se pela concordância com a perspectiva de Smith (2010, p. 198), a qual afirma que no turismo o estudo de caso “é uma estratégia legítima e útil para compreender situações complexas, tais como aquelas onde o enfoque do estudo não pode ser facilmente separado do contexto alargado do fenômeno ou do problema a ser estudado”.

A unidade de análise desse estudo é composta por moradores da vila do Pesqueiro (Soure), que serão analisados a partir das informações concedidas nas entrevistas realizadas individualmente, mais especificamente na residência dos participantes da pesquisa. A unidade de análise refere-se ao que será analisado ou a quem fornecerá os dados para a análise e para a explicação da realidade estudada (REIS e SOUZA, 2019).

Para as entrevistas com os moradores locais, foi utilizado o critério da acessibilidade (VERGARA, 2005), em que os sujeitos entrevistados são selecionados a partir da disponibilidade dos participantes e do acesso do pesquisador, admitindo que esses entrevistados possam representar, de algum modo, o universo estudado. Foram entrevistados 8 moradores da Vila do Pesqueiro, entre os quais estão dois líderes da comunidade, que têm percepções diferentes. O critério para a escolha dessa comunidade foi pelo fato de possuir algum grau de estruturação e receber um fluxo turístico regular.

A fonte para coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas. A técnica de entrevista semiestruturada foi escolhida pela possibilidade de as questões serem, geralmente, especificadas previamente com um roteiro, sem retirar do pesquisador a liberdade para ir além das perguntas iniciais (MAY, 2004). Isso permite que seja possível uma sondagem além das respostas dos entrevistados, formando um diálogo, sendo importante considerar a possibilidade de intercalar as questões direcionadas do roteiro com argumentações mais abrangentes.

Destaca-se que foi solicitado aos entrevistados que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é um documento de concessão de informações do entrevistado. O TCLE é um meio de proteção para o pesquisado e para o pesquisador, pois ambos estão assumindo responsabilidades quanto aos dados. O documento tinha informações acessíveis ao pesquisado e foi disponibilizado em duas vias, uma entregue ao pesquisado e outra em posse do pesquisador, ambas devidamente assinadas pelos dois (DALLARI, 2008).

Ressalta-se, também, a importância do cadastro deste estudo, o qual foi realizado pelo Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade (SISBIO) indispensável em pesquisas científicas realizadas em Unidades de Conservação Federal, as quais envolvam estudos socioambientais ou observação e gravação de imagem.

Após a realização das entrevistas, as informações foram transcritas, a fim de que os dados fossem utilizados de modo autêntico. Esse método foi escolhido porque, como afirma May (2004), permite que os entrevistados respondam mais livremente, com suas

próprias palavras; além do espaço que é dado ao entrevistador, que pode conduzir melhor as entrevistas.

Outro aspecto considerado na escolha do método foi a viabilidade de gravar as entrevistas, possibilitando que o entrevistador esteja mais atento e concentrado nas informações que o entrevistado está passando, fato que contribui para que o pesquisador possa se concentrar na entrevista e registrar “[...] os gestos não-verbais do entrevistado durante a entrevista, ao invés de gastar tempo olhando para as notas e escrevendo o que é dito” (MAY, 2004, p. 164).

Para a interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, que envolve diversas técnicas, buscando descrever o conteúdo dos dados coletados no processo de pesquisa, seja por meio de falas ou de textos (BARDIN, 2016). De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo possibilita uma compreensão além de uma leitura comum, e permite interpretar o conteúdo de documentos (qualquer material procedente de comunicação verbal ou não-verbal: gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes etc.), que, analisados adequadamente, possibilitam conhecer questões da vida social, que de outro modo seriam intransitáveis (REIS e SOUZA, 2019).

A quantidade das visitas ao *locus* foi definida a partir de parâmetros relacionados ao tempo de deslocamento, ao investimento financeiro da pesquisa e à quantidade de entrevistados, além da necessidade de observar as especificidades do contexto local. O local da pesquisa foi limitado à Comunidade da Vila do Pesqueiro.

### 3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO: UMA QUESTÃO INDISSOCIÁVEL

As questões entre sociedade e natureza intensificaram-se quantitativa e qualitativamente, principalmente após a década de 1960, e demonstraram que as ações do ser humano estavam transformando a natureza. Com os danos causados, o ser humano precisou identificar a resiliência do meio natural e a capacidade de desenvolver relações minimamente danosas com os demais seres vivos em prol do chamado “desenvolvimento” (LEFF, 2007, 2009, 2010). Os princípios desenvolvimentistas são baseados no modo como progride e avança a humanidade.

Os debates que envolvem o meio ambiente trazem reflexões acerca dos interesses de distintos grupos sociais, diferentes visões de mundo e paradigmas, além dos conflitos entre atitudes, percepções, valores e conceitos (TUAN, 2012). Considerando esses debates, o conceito de ecodesenvolvimento surgiu em meados dos anos 1970, proposto por Maurice Strong (BRUSECKE, 1996) e difundido pelo economista Ignacy Sachs, conceito esse definido como:

[...] estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo (SACHS, 1986, p. 18).

Percebe-se, então, a proposição de um desenvolvimento que ultrapasse a dimensão econômica e a lógica da produção capitalista e se atente para as questões sociais e ambientais, demonstrando um interesse pelas gerações futuras. Na década de 1980, foi difundido o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mais exatamente a partir da publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como

Relatório Brundtland (1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo sido discutidos os limites do crescimento econômico e a utilização sustentável dos recursos naturais. De acordo com esse documento, o Desenvolvimento Sustentável significa satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de uso dos recursos naturais pelas gerações futuras, para que também possam satisfazer as suas próprias necessidades.

A noção de Desenvolvimento Sustentável traz consigo três dimensões: ambiental, social e econômica. A dimensão ambiental supõe uma mudança no modelo de produção e consumo, para que seja compatibilizado com a resiliência dos ecossistemas. A dimensão social propõe buscar uma sociedade em que todos os indivíduos tenham o mínimo necessário para uma vida digna, definindo um padrão de equidade e a implantação da justiça social. A dimensão econômica supõe a máxima eficiência da produção e do consumo, com uso moderado dos recursos naturais e com a busca por inovações tecnológicas, que possam viabilizar a diminuição da quantidade de matéria-prima extraída da natureza (NASCIMENTO, 2012).

Destaca-se, também, a noção de equidade social presente no relatório. Esse termo é considerado como condição *sine qua non* para uma participação ativa da sociedade, no que tange às tomadas de decisões nos processos de gestão. Sem a participação dos agentes envolvidos, o processo para o desenvolvimento sustentável tem grandes chances de atingir apenas um desenvolvimento unilateral.

Nascimento (2012) chama a atenção para como alcançar o Desenvolvimento Sustentável sem utilizar também as dimensões política e cultural. A ausência da dimensão política significa uma despolíticação do Desenvolvimento Sustentável, como se os conflitos fossem inexistentes e não fosse necessária uma política para o processo de mudança (NASCIMENTO, 2012). De acordo com o referido autor, a dimensão cultural também se faz importante, no sentido de mudar o estilo de vida da sociedade. O consumo, na busca por bens cada vez mais modernos e tecnológicos, faz com que haja uma diminuição no uso de produtos que antigamente tinham maior durabilidade.

Outra análise é realizada por Layrargues (1997), que aponta a possibilidade de manter o ritmo do crescimento econômico, entretanto propondo para isso, que surjam novas tecnologias para minimizar os danos sociais e ambientais. Nesse contexto, continua a questão principal, na qual ainda permanece a incerteza sobre “a possibilidade em ocorrer mudanças sociais e culturais que acompanhem voluntariamente estas transformações” (LAYRARGUES, 1997, p. 5). Para haver crescimento, com práticas de exploração mais expressivas, é necessário maior pressão sobre os recursos naturais e maior transformação de matéria e de energia em bens e serviços.

De acordo com Fernandes (2006), o debate sobre o Desenvolvimento Sustentável não assinala os caminhos para serem alcançados os objetivos propostos, já que ainda há grande disparidade econômica entre os países e não atende, sequer, as necessidades da geração atual. Além disso, a autora defende que não há uma relação coerente entre os problemas sociais e econômicos que possibilitem a mudança no modelo desenvolvimentista vigente e que busque a inserção de aspectos ambientais e sociais.

Para Leff (2007, p. 247), “[...] o discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitivas que respondem a visões e interesses diferenciados”. O autor demonstra que a compreensão de meio ambiente e suas associações são resultados de diferentes interpretações socialmente construídas em um contexto histórico, político, econômico e cultural de cenários heterogêneos. Essa heterogeneidade é a base para a existência de muitas contradições e críticas ao termo

“Desenvolvimento Sustentável”. O termo, por si só, já demonstra um desenvolvimento que não está associado, exclusivamente, à economia. Trata-se de um termo amplo que deveria ser aplicado a todos os aspectos, sejam sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos, espaciais etc., porém, percebe-se uma associação direta com a economia. O modelo capitalista exige que haja sempre a maximização da produção e do consumo, beneficiando uma pequena parte da sociedade, agravando as disparidades e desencadeando outros problemas sociais.

A amplitude do desenvolvimento sustentável também se reflete no fenômeno turístico. Ruschmann (2016) afirma que a preocupação para que o turismo se torne uma atividade sustentável é recente, datada de meados da década de 1980, uma fase que a autora chama de “reparação e reconciliação”, na qual os gestores de turismo passam a considerar os princípios sustentáveis no planejamento turístico dos destinos.

O turismo mantém-se e é transformado a partir da diversidade das culturas e das diferentes expressões e modos de vida dos seres humanos. Portanto, deve ser estudado não apenas como uma possível solução para a economia, mas como um fenômeno social que leva em consideração as atividades praticadas pelas populações locais, utilizando-se do meio natural a favor da atividade (GALLERO, 1996) e deve respeitar a resiliência ambiental, social e cultural. Como fenômeno social, que atinge milhares de pessoas, o turismo nasce na modernidade, em meados dos séculos XVIII e XIX, no auge do modelo capitalista e em pleno desenvolvimento da sociedade fabril, competindo com a indústria bélica.

De acordo com Goeldner *et al.* (2002, p. 23), o turismo pode ser definido como: “a soma de fenômenos e relações originados da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes”. Figueiredo e Nóbrega (2015) definem o turismo como processo e ação, com experiências provocadas pelo deslocamento e pela viagem. Não é apenas o deslocamento que define o turismo, mas também as experiências produzidas e possibilitadas por esse deslocamento, pelo tempo e pelo espaço. O conceito, ainda que não cite diretamente as dimensões ambiental e social, fundamenta-se no estudo do turismo à luz de um fenômeno social, superando as concepções do discurso objetivo de uma atividade que ainda é interpretada simplesmente pelo viés econômico.

O interesse por visitar e conhecer outros lugares formam a primeira base do turismo, que são os turistas (FRATUCCI, 2008). Muitos lugares dependem dessa atividade pela sua rede de empregos, que age nos mais diversos setores da economia global. Por ser considerada uma atividade transformadora do espaço, o turismo necessita de uma organização não apenas de dentro do setor que promove as viagens e que beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz, mas, principalmente, necessita de um mediador que avalie os efeitos negativos e maximize os benefícios.

Essa organização cabe ao estado, conforme Brokaj (2014, p. 110), de modo que

Governments should provide an environment that enables and encourages the private sector, local community, tourists and other stakeholders to respond to sustainability issues. This can best be achieved by establishing and implementing a set of policies for tourism development and management, drawn up in concert with others<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Em livre tradução, os governos devem fornecer um ambiente que permita e incentiva o setor privado, a comunidade local, turistas e outras partes interessadas para responder a questões de sustentabilidade. Isso

De acordo com a autora, esses princípios de envolvimento social devem guiar as políticas públicas do governo (BROKAJ, 2014), no sentido de prezar pelo bem-estar social, de modo que as atividades possam gerar não só o crescimento econômico, mas também a distribuição de renda e o desenvolvimento local, regional e nacional.

#### 4 TURISMO E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO

Um dos principais desafios para desenvolver o turismo de modo sustentável, pode ser percebido a partir do envolvimento dos agentes interessados. A participação deve ser um pilar na gestão de uma UC de Uso Sustentável, pois ainda que existam novas regras e uma nova dinâmica para uso do espaço, a comunidade deve participar das novas práticas adotadas, com o intuito de minimizar os conflitos. As organizações representativas traduzem os anseios da categoria e, quando articulados, é possível alcançar objetivos diversos, de acordo com os interesses.

Segundo Kinker (2002, p. 43), “[...] é importante estabelecerem-se processos participativos entre as Unidades de Conservação, seus vizinhos e a sociedade em geral”. Ammann (1980, p. 61) analisa a participação como “o processo mediante as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”. De acordo com Bordenave (2008), a participação não significa conseguir benefícios apenas, mas também, principalmente, auxiliar e intervir no processo de tomada de decisões em todos os níveis. Bordenave (2008) complementa a ideia de Ammann de que os seres humanos transformam e constroem sua própria história, por tratar-se de uma necessidade que se manifesta por meio da sua capacidade de modificar e dominar a natureza e o mundo.

Ammann (1980) afirma que, por meio da participação, os indivíduos são capazes de modificar seu contexto e sua história. Diz, ainda, que a sociedade é a produção de si mesma, não apenas a reprodução e a adaptação de circunstâncias (AMMANN, 1980). É a partir desse processo de produção que as pessoas constroem suas próprias histórias. Por meio da participação popular, surge o controle social, que garante o envolvimento da sociedade na busca pela melhoria da qualidade de vida. Quando a população acompanha ativamente sua realidade, ela reverbera em transformações sociais.

[...] participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. O conceito de participação social é transferido deste modo da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas. Em harmonia com o conceito, se uma população apenas produz e não usufrui dessa produção, ou ela produz e usufrui, mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participe verdadeiramente (AMMANN, 1980, p. 61).

Para alcançar a transformação social, a participação precisa acontecer de modo consciente. Quando os indivíduos não só fazem parte desse processo, mas também

---

pode ser alcançado da melhor maneira estabelecer e implementar um conjunto de políticas para o desenvolvimento do turismo e gestão, elaborada em conjunto com os demais agentes envolvidos.

acompanham ativamente, há mais possibilidades de mudanças da realidade. A gestão pública e o planejamento de uma UC, em especial no tocante ao Uso Público, precisam criar estratégias para o manejo dos recursos naturais e devem contemplar todos os atores envolvidos nesse processo: poder público, iniciativa privada e moradores locais. Assim, a participação mostra-se grande aliada nesse processo.

Percebe-se que o principal desafio para consolidar o turismo numa perspectiva de preocupação socioambiental está pautado em dois aspectos: participação e sensibilização. A participação não apenas para conseguir benefícios, mas, sobretudo, para colaborar, auxiliar e intervir no processo de tomada de decisões em todos os níveis. Deve-se buscar uma gestão que não seja exclusiva do setor público, mas sim que conte com a integração dos envolvidos para, assim, tomar decisões sobre a gestão da UC. A participação colabora no envolvimento e na defesa dos interesses dos envolvidos para o desenvolvimento da atividade turística. Conforme Weaver e Lawton (2006), if the tourism stakeholders don't participate in the protection and conservation of the attraction or destination, there is a big danger of overuse by tourists and the attraction will eventually be destroyed<sup>6</sup>. Porém, Bordenave (2008) ressalta que a participação não deve ser sacralizada. Isso porque do mesmo modo que a participação pode resolver conflitos, também pode criá-los. “É um erro esperar que a participação traga necessariamente a paz e a ausência de conflitos” (BORDENAVE, 2008, p. 79).

Ainda que pareça contraditório ressaltar a participação e, posteriormente, criticá-la, é necessário compreender que ela não é a ‘tábua de salvação’ dos problemas existentes, seja em Soure, seja em qualquer outra Unidade de Conservação. Porém, a participação é a “maneira mais evoluída e civilizada de resolver os problemas” (BORDENAVE, 2008, p. 79).

## 5 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DO ESTUDO

A ilha do Marajó é a maior ilha fluviomarítima do mundo, com 104.140km<sup>2</sup> de área (IBGE, 2018), situada no norte do Brasil, no estado do Pará, na foz do rio Amazonas e que, juntamente com as ilhas de Caviana, Mexiana e Gurupá, formam o arquipélago do Marajó. O acesso à ilha se dá por via aérea ou fluvial, sendo esse último o mais utilizado, devido ao valor da passagem ser mais acessível. Internamente, pode-se chegar às vilas e às comunidades por estradas, geralmente em condições precárias.

Habitada atualmente por cerca de 300.000 pessoas, a ilha do Marajó possui um dualismo geográfico característico: a área dos campos e a área de florestas (a leste, com os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure e Ponta de Pedras) e a região das matas (a sudoeste com os municípios de Afuá, Breves, Curralinho, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Anajás e as ilhas, Bagre, Portel, Melgaço e Gurupá) (CRUZ, 1999).

Pode-se dizer que há certa integração da paisagem marajoara (não necessariamente homogênea), mas isso destaca a ilha como cenário ecológico importante para o Brasil, fato que contribui como local de referência para a prática do turismo (SOUZA, 2014). Essa integração deve-se ao ecossistema terrestre composto por

<sup>6</sup> Em livre tradução, se as partes interessadas no turismo não participarem da proteção e conservação da atração ou destino, há um grande perigo de uso excessivo pelos turistas e a atração acabará sendo destruída.



uma área de campo/pastagem natural, uma área de floresta mais densa e um ecossistema aquático formado por oceano, praias, mangues, rios e lagos.

A ilha do Marajó constitui-se de um cenário social e econômico marcado por conflitos e problemas que dificultam a geração de emprego e renda. Um contexto marcado por altos índices de tráfico de drogas e de prostituição infantil, acompanhado de baixo índice de qualidade de vida. No período da colonização, o estímulo para empreendimentos agrícolas era forte, porém as características geográficas da terra inviabilizavam a atividade e o extrativismo tornou-se a principal fonte da economia (WEINSTEIN, 1993). Nessas circunstâncias, o Marajó tornou-se um centro de pecuária relevante, por ter áreas de pasto em certas partes da ilha. Atualmente, as principais atividades econômicas são baseadas na variedade ecossistêmica, que possibilita a pecuária e a extração de produtos de origem vegetal, como o palmito de açaí (*Euterpe oleracea*), a mandioca (*Manihot utilíssima*), o óleo da semente de andiroba (*Carapa guianensis*), a pesca de peixes, crustáceos e moluscos, além da criação de búfalos e sua cadeia produtiva derivada (leite, queijo e couro) em fazendas da região (MIRANDA NETO, 2005).

O setor comercial não tem uma relevância significativa para a economia da ilha, pois apresenta um baixo rendimento e há pouca oferta de empregos nesse setor. Em Soure, por exemplo, há estabelecimentos de vários tipos: lojas de confecções, açougues, farmácias, bares, restaurantes, mercado municipal, óticas, *cyber* café, dentre outros. Porém, existe certa dificuldade em encontrá-los abertos à noite e aos domingos (PARÁ, 2012).

O turismo é uma atividade que, ao longo dos anos, vem adquirindo importância no cenário econômico da ilha do Marajó e, mais especificamente, do município de Soure. Segundo o Plano Estratégico de Turismo do Pará, Soure oferece potencialidades para os segmentos turísticos de sol e praia, cultural, rural, e de ecoturismo, por sua natureza, (PARÁ, 2012). O turismo, como atividade econômica em Soure, teve maior relevância a partir da década de 1970, com a instalação de pousadas, financiadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Em uma política desenvolvimentista para a Amazônia, Soure foi considerada uma cidade com “vocalização natural” para a atividade turística (FIGUEIREDO, 1999), com afirmação feita novamente em 2019, pelo então ministro do turismo Marcelo Álvaro Antônio em visita à Soure (BRASIL, 2019).

O arquipélago do Marajó é uma das regiões do Pará que exerce maior atração no imaginário de turistas nacionais e internacionais e possui atrativos históricos, culturais, gastronômicos e naturais que contribuem para sua relevância turística no Pará e que colocam esse polo como o terceiro mais significativo na oferta local do estado (PARÁ, 2011). O Marajó também fica em terceiro lugar com maior relevância no mercado turístico internacional do norte do país, atrás apenas de Manaus (AM) e Belém (PA) (PARÁ, 2011). Soure é intitulada a “capital turística do Marajó” pela quantidade de unidades habitacionais disponíveis quando comparada as demais cidades da ilha.

Também conhecida como a “pérola do Marajó”, Soure se destaca no cenário turístico por suas praias e mangues, juntamente com a fauna, caracterizada pela presença de pássaros, guarás e búfalos. Localizada a leste da ilha do Marajó (imagem 01), Soure é uma cidade distante cerca de 90 Km de Belém (capital do Estado). O município situa-se à margem esquerda do rio Paracauari e é considerado o maior do arquipélago marajoara. Soure tem sua área litorânea instituída como Reserva Extrativista Marinha (RESEX), criada em 2001, pelo Decreto s/nº de 22/11/2001, e tem por objetivos “assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais

renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2001, s/p).

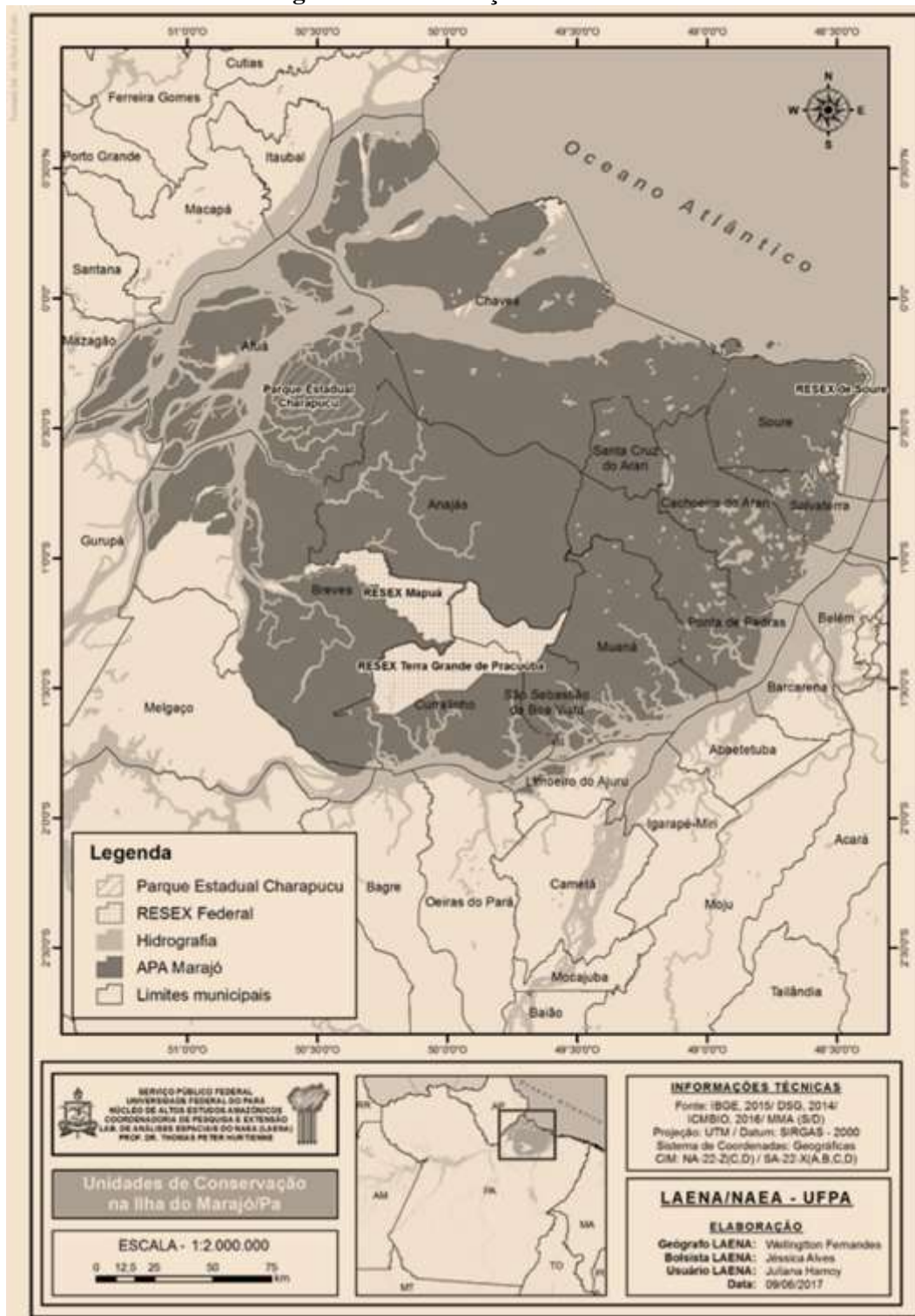
A reserva é constituída de duas partes: a primeira é a do Manguezal de Soure e a segunda é denominada de Manguezal do Rio do Saco. A RESEX Marinha de Soure abrange uma área com ecossistemas diversificados, que se constituem como relevante patrimônio ambiental, e está localizada na maior extensão de manguezal do planeta (faixa litorânea entre os estados do Amapá e Maranhão). Essa RESEX foi instituída como resultado de uma ação política, organizada pela Associação dos Caranguejeiros de Soure (ACS) “[...] cujo objetivo era frear os pescadores da Região do Salgado [...] que capturavam o caranguejo através de técnicas predatórias” (CARDOSO, 2015, p. 139). No interior da RESEX, com 29.578,36 hectares (BRASIL, 2017), habitam cerca de 1.300 famílias ligadas diretamente às atividades de extração vegetal e de peixes, crustáceos, moluscos de modo sustentável, como pescadores artesanais, caranguejeiros, artesãos e famílias que complementam a renda com o fluxo de visitantes gerado pelo turismo. Essa população, que está distribuída em comunidades tradicionais, faz parte da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS), que autoriza a prática extrativista na região da RESEX e que beneficia os associados com acesso ao crédito (LOBATO *et al.*, 2014). Há quatro comunidades que integram a RESEX em questão: a Comunidade do Pedral, a Comunidade do Cajuuna, a Comunidade do Céu e a Comunidade da Vila do Pesqueiro. Dessas, a última, *locus* desse estudo, se destaca pela relevância turística no município.

A Comunidade da Vila do Pesqueiro é banhada pelo rio Paracauari. Foi fundada a partir de um terminal pesqueiro que abastecia Belém, criado em 1962. De acordo com Cruz (1999), os descendentes de portugueses e pescadores se estabeleceram na região, a partir de 1820, formando a atual Comunidade da Vila do Pesqueiro. Essa comunidade possui cerca de 100 famílias moradoras do local (grande parte nascidos na vila), situa-se a 8 km de Soure e o deslocamento é realizado via rodovia PA 154. Como o próprio nome sugere, a principal atividade dos habitantes é a pesca, juntamente com a extração de produtos de origem vegetal, além do turismo. Na comunidade, existe uma escola municipal de nível fundamental, um posto de saúde para pronto-atendimento, um centro comunitário, serviços de energia elétrica, um bar de gestão privada (que também é restaurante e padaria), a Associação das Mulheres e Moradores Extrativistas da Vila do Pesqueiro (ASMMEP), uma igreja e um centro comunitário.

Na Vila do Pesqueiro, não há hotel ou pousada, contudo, uma moradora construiu uma área separada, ao lado da sua casa, para atender os visitantes. O espaço, chamado de “Casa do Pescador”, é organizado da seguinte maneira: um quarto para até quatro pessoas, um redário (para até sete redes) e uma área de *camping*. Esse espaço, chamado de “Casa do Pescador”, está disponível para reservas no *site* “Airbnb”, específico para anúncio de hospedagem comunitária.

É possível, também, que os visitantes se hospedem nas casas dos comunitários, de acordo com a disponibilidade. Em relação aos serviços de alimentação, existe um bar/restaurante/padaria na vila, onde o visitante pode fazer todas as refeições. É importante destacar que a Vila do Pesqueiro e a Praia do Pesqueiro têm entradas diferentes, de modo que, é necessário acessar uma estrada vicinal (há sinalização informando sobre a Comunidade) para chegar na vila e, para a Praia do Pesqueiro, o visitante deve seguir a rodovia. Pela Vila do Pesqueiro, também é possível chegar a uma outra praia, porém, essa não possui infraestrutura, como barracas de praia, banheiros, entre outros serviços.

Imagem 01 – Localização da RESEX de Soure



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais do NAEA – Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne, 2017.

Em Soure não foram encontradas informações oficiais sobre o número de agências de viagem que atuam na área, porém, na pesquisa de campo, foram identificados dois estabelecimentos que atuam no setor de agenciamento, fazendo os receptivos dos turistas no município. Geralmente, os gerentes/funcionários dos hotéis e pousadas informam ao turista sobre quais os passeios são ofertados e quem os oferta. Por se tratar de uma cidade pequena, a contratação desses serviços geralmente é realizada de maneira mais informal.

Vale destacar que, para o desenvolvimento turístico, é necessário que haja uma infraestrutura de apoio turístico que é, na realidade, a infraestrutura que serve indiretamente ao turismo, pois atende a todos os demais setores: comércio, indústrias, agricultura, áreas residenciais, entre outros. De acordo com Beni (2019, p. 135), “A infraestrutura geral consiste na rede viária e de transportes, no sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgotos e outros, sem os quais nenhuma classe de consumidor disporia dos serviços públicos básicos”.

Em Soure, para o deslocamento interno dos moradores, são utilizados carros, bicicletas, búfalos e motocicletas, sendo o último o principal meio utilizado. Para visitantes, as opções de meios de transporte são os táxis, os mototáxis e as vans. Um aspecto que dificulta o deslocamento por diferentes meios de transporte ou a pé é que apenas as ruas principais do município são asfaltadas, as demais são de terra batida, o que no período de chuva (meses de janeiro a junho) dificulta a circulação das pessoas.

De forma geral, na região do arquipélago do Marajó, apenas 30% da população tem coleta de lixo regular (a média nacional é de 80%). Em Soure, esse serviço atende 76% da população (destaque entre todos os demais municípios) (BRASIL, 2010). A coleta é realizada com um búfalo puxando uma carroça. Esse serviço atende também às Comunidades da RESEX. É relevante destacar que a ausência desse serviço pode acarretar danos ambientais, pois “a baixa coleta de lixo em grande parte dos municípios do Marajó contribui para que a população busque outras maneiras de destinar os resíduos, utilizando muitas vezes o uso do fogo e o descarte a céu aberto” (BRASIL, 2010, s/p).

No serviço de abastecimento de água, ainda que a ilha do Marajó esteja localizada numa área de rios, há uma precariedade na distribuição, haja vista que apenas 35,6% da população têm acesso a esse serviço (a média nacional é de 82%). No leste da ilha (incluindo Soure), a distribuição de água tem um índice maior, 75% da população têm acesso à água, se comparado as demais áreas do arquipélago (IBGE, 2010). Porém, na área litorânea, a água é distribuída por caminhões pipa, que prestam serviço de duas a três vezes por semana. O sistema de esgoto na ilha do Marajó pode ser considerado precário, de acordo com o IBGE (2010). Em Soure cerca de 0,4% da população tem acesso ao serviço de esgoto (a média nacional é de 55%) (IBGE, 2010).

## 6 OS MORADORES DA VILA DO PESQUEIRO/RESEX DE SOURE

Na Vila do Pesqueiro, os moradores mostram-se envolvidos e articulados nas tomadas de decisão. Entre os entrevistados da Comunidade do Pesqueiro, a maioria participa ou já participou da Associação de Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ), principal organização civil da comunidade para a tomada de decisões com relação não apenas à RESEX, mas às atividades em geral, incluindo o turismo.

Os moradores também participam do Conselho Gestor da RESEX. O conselho gestor de uma UC é importante para viabilizar o envolvimento/participação da sociedade nas ações a serem realizadas, com contribuições e críticas que colaborem no

processo de gestão da UC. É formado por representantes de organizações governamentais e moradores locais envolvidos com a UC e deve ser presidido pelo gestor da UC, podendo ser consultivo (apenas informativo) ou deliberativo (com tomada de decisões) (DANIELI; DICK; ZANINI, 2012).

Na RESEX de Soure, o Conselho Gestor é deliberativo, o que significa que, aos conselheiros participantes, compete o caráter decisório e a emissão de resoluções sobre as suas funções. Além disso, o Conselho Gestor da RESEX é paritário, com 21 cadeiras (10 cadeiras para instituições governamentais e 11 cadeiras para a sociedade civil, representante da população da RESEX). Essa instância de gestão se faz importante para garantir o envolvimento/participação da sociedade nas ações das UC, com contribuições e críticas que possam enriquecer a qualidade das ações e passam a colaborar nesse processo de gestão das UC.

Na pesquisa de campo, ao perguntar a um morador sobre a integração entre o setor público e os moradores do Pesqueiro, obteve-se a seguinte resposta: “Não. A organização aqui é da comunidade. Teve ‘uma gentes’ do SEBRAE, pra fazer uns cursos, mas o envolvimento mesmo é pela Associação de Mulheres. Que faz reunião, e participa das coisas”<sup>7</sup>.

A maioria das ações e o processo de organização da comunidade, com relação às práticas de turismo, partem dos próprios moradores. Destaca-se que a participação deve ser compreendida de modo mais amplo e não deve ser simplificada a “envolvimentos esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social”. Na realidade deve ser entendida como um “empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender” (MARTINS, 2002, p. 54).

Esse é um processo permanente, que, em graus diferentes, vem se solidificando na Comunidade do Pesqueiro. Mas, nem todos se fazem presentes nessas reuniões, conforme afirma um morador dessa comunidade. Quando perguntado sobre a existência da participação/envolvimento das pessoas nas ações públicas para o turismo, obteve-se a seguinte resposta: “a comunidade aqui é unida. Só que também tem os que não participam. Que querem fazer sozinhos” (informação verbal). Afirmação afinada com a resposta da representante da ASMUPESQ:

Toda reunião que tem a gente chama, agora é muito difícil a gente reunir, assim, a comunidade. Quando não há, assim um projeto. Difícil eles participarem, agora se você falar “olha, é uma inscrição da bolsa verde, é um Inca, vai dar casa, vai dar isso, vai dar aquilo, vão dar cesta básica, lota! Ou então dar bolsa família, bolsa verde, o salário lota! (**como vocês informam?**) muita das vezes a gente informa assim mesmo, convidando, né? as vezes a gente faz convite pra uma assembleia (**para todos os moradores?**) Pra todos os moradores! Mas é muito difícil a participação. [...] A gente tem dificuldade com isso (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>8</sup>, grifo dos autores, pois foi um complemento de pergunta).

Na comunidade, apesar de existir integração e organização entre a maioria dos moradores, foi percebido que alguns não se sentem representados e, por isso, não se motivam a participar dos debates e das discussões relacionados ao turismo na comunidade, bem como ações voltadas para a conservação do meio ambiente.

<sup>7</sup> Entrevistado 07- Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.

<sup>8</sup> Entrevista com representante da Associação de Mulheres do Pesqueiro, concedida em julho de 2017.

Essa ausência de motivação para participar das reuniões da ASMUPESQ pode estar relacionada ao que um morador da Comunidade do Pesqueiro ressaltou sobre a não participação nos debates: “Eu não participo da associação, então, a gente não fica sabendo muito desses encontros. Mas também não é muito do interesse da gente. Porque eles decidem e fazem”<sup>9</sup>.

Em entrevista com a presidente da ASMUPESQ, obteve-se a informação de que a gestão anterior dessa associação teve problemas com a articulação dos moradores e foi ressaltado que a pessoa que estava à frente da mesma “deixou os interesses pessoais sair na frente da comunidade, né? E por esse motivo alguns moradores deixaram de participar”<sup>10</sup>. A questão referente à participação dos moradores nas reuniões da ASMUPESQ envolve o sentimento de pertencimento a um grupo, com intuito de construir algo em conjunto pela coletividade, tomando suas próprias decisões. São ações individuais em prol do coletivo.

Na Comunidade do Pesqueiro, especificamente, percebe-se que há uma divisão entre os interesses dos moradores no que tange ao desenvolvimento do turismo. Mesmo que todos os entrevistados tenham reafirmado a relevância do turismo como significativa fonte de renda para a comunidade, a organização e o planejamento para um turismo que aconteça dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável ainda se mostra frágil.

Para Teisserenc (2016), as RESEX são uma experiência brasileira de democracia associada ao desenvolvimento sustentável e podem ser consideradas como um instrumento de política pública capaz de responder às exigências do desenvolvimento sustentável, com um regime de gestão diferenciado (conselho gestor deliberativo) e apoiado pelo setor público federal. Porém, ainda que existam expectativas quanto a esse modo de gestão descentralizada, a autora destaca a necessidade de “politização” dos indivíduos envolvidos, especialmente dos moradores locais.

Ao citar a politização, Teisserenc (2016) destaca a politização que ocorre quando há esse envolvimento dos indivíduos com o meio político, onde há uma transformação nas relações sociais. Para a autora, “essa concepção da politização se refere à existência de um espaço público no qual se desenrolam debates com base em uma retórica inspirada pelas exigências do bem comum” (TEISSERENC, 2016, p. 234).

Essa politização pode ser parcialmente percebida na RESEX de Soure, onde um dos entrevistados, que exerce o papel de liderança local, tem uma articulação para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária<sup>11</sup> (TBC) e está envolvido com a equipe do ICMBIO, bem como participa de eventos em outras cidades do Brasil, expondo suas experiências e interagindo com outras realidades de TBC. Além disso, sempre se faz presente nas reuniões do Conselho Gestor (que ocorrem trimestralmente na sede do ICMBIO de Soure) e nas reuniões da ASMUPESQ.

Essa realidade, porém, não se estende a todos os moradores da Comunidade do Pesqueiro, pois apenas cerca da metade dos moradores participam das reuniões do Conselho Gestor, ainda que todos os participantes sejam informados com antecedência e que o deslocamento e a alimentação dos comunitários participantes das reuniões sejam realizados com recursos do próprio ICMBIO.

<sup>9</sup> Entrevistado 07 – Morador do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.

<sup>10</sup> Presidente da ASMUPESQ – informação concedida em julho de 2017.

<sup>11</sup> Para o ICMBIO, TBC é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2017).

Para Teisserenc (2016), a intenção é a proposição de ferramentas de gestão nos processos participativos, em que os envolvidos viabilizem ações locais que sejam capazes de satisfazer às exigências propostas pelo desenvolvimento sustentável.

A relevância de ações coletivas está na organização para obter benefícios coletivos. O Conselho Gestor, como organização formal, possibilita representatividade política na tomada de decisões. Na RESEX de Soure, ao considerar as 4 quatro comunidades existentes em seu interior, a do Pesqueiro é a que mais se faz representar nas reuniões do Conselho Gestor. Esse envolvimento pode estar associado ao fluxo turístico significativo e ao esforço do ICMBIO em fazê-los se envolver, fato que nem sempre acontece em uma gestão pública.

## 6.1 Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Vila do Pesqueiro

Dentre os agentes existentes na atuação do turismo na Vila do Pesqueiro, os moradores locais, como abordado anteriormente, mostram-se como parte indispensável para a compreensão do turismo como possibilidade para o desenvolvimento sustentável. A partir das entrevistas realizadas na pesquisa de campo, os moradores entrevistados ressaltam a importância do turismo para a localidade. Ao indagar se o turismo é uma atividade positiva ou negativa, os aspectos econômicos da atividade foram os mais destacados, conforme resposta abaixo:

[...] o turismo é bom pra nós. Porque os turistas traz investimento nos nossos produtos, nos nossos artesanatos, né? Isso aqui tudo eu vendo pra eles. e tudo é eu que faz. Eu e meu marido, né? Mas também coloco coisa dos outros vizinhos pra vender. A gente precisamos se ajudar a senhora não acha? [...] e aí eles traz o dinheiro e deixa pra gente. E todo mundo acha tudo isso aqui lindo. E é né? Olha só essas belezas aqui? Isso aqui é o paraíso mesmo, né? (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>12</sup>).

Os moradores entrevistados identificaram a atividade turística como capaz de dinamizar a economia local devido a fatores como: geração de emprego e renda, com a oferta de serviços turísticos na praia e na própria comunidade, bem como com a valorização cultural, a partir da produção do artesanato, que é capaz de reafirmar a identidade local. A valorização da identidade local, por meio do turismo, pode ser ressaltada como um aspecto positivo para a comunidade receptora (BARRETO, 2009), que, ao ser visitada, destaca o orgulho de fazer parte daquele lugar, como foi citado pelo morador da comunidade do Pesqueiro, o qual se referiu ao seu lugar de moradia como um “paraíso”, falando não apenas por si, mas com base, também, no que os turistas comentam sobre o local.

Além de questões econômicas, os entrevistados enfatizaram sobre a visibilidade que o turismo pode trazer à comunidade, contribuindo para que o lugar seja cada vez mais conhecido. Conforme um morador da Comunidade do Pesqueiro:

Os turistas aqui tão vindo mais. Agora é maior a quantidade, mas também tão conhecendo mais a gente, a nossa praia, e aí traz mais turistas. Aqui eu tenho um quarto pra alugar, que eu anuncio no *AirBnB*, tenho a *internet* que ajuda a divulgar as coisas daqui que

<sup>12</sup> Entrevistado 07- Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.

posto foto. E outras pessoas aqui também divulgam. Também sempre vem gente de fora fazer notícia aqui, de outros países também (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>13</sup>).

De acordo com os moradores entrevistados, essa visibilidade estende-se a toda ilha do Marajó, gerando um fluxo regular de turistas em Soure nos períodos de férias e de feriados<sup>14</sup>, afirmando o turismo como atividade positiva, que proporcionou aumento da renda e a melhoria na qualidade de vida da comunidade local.

Ruschmann (2016), porém, chama a atenção para um efeito negativo que a atividade pode gerar, se pensado somente por uma perspectiva econômica: o abandono de atividades primárias pelas populações tradicionais (como a pesca, no caso da vila do Pesqueiro) em busca de oportunidades de emprego geradas pelo turismo, sobretudo em lugares que possuem poucas opções para atividades econômicas.

O turista, eu sei, assim, ele traz as coisas que não é benefício pra comunidade, as vezes tem turista que traz doença, não é verdade? Tem turista que vem só pra poluir, mas todo o morador toda a comunidade ela precisa do turista, porque é o turista que traz dinheiro. Pra uma comunidade dessa que não tem órgão, não tem emprego. Aqui ou a pessoa é da prefeitura de Soure ou então não tem outro trabalho, então essa comunidade ela precisa que o turismo entre. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>15</sup>).

O planejamento da atividade turística nessa comunidade requer um esforço conjunto entre a comunidade, o ICMBIO, o IDEFLOR-Bio e as Secretarias Estadual e Municipal de Turismo, uma vez que o desordenado fluxo de turista pode provocar danos ambientais, comprometendo os objetivos da criação da UC. O planejamento e a gestão pública do turismo, de modo direcionado para uma UC, devem ser diferenciados de uma área urbana turística, com a necessidade de estratégias para que a área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, assim como devem criar mecanismos capazes de gerar emprego e renda para a área protegida e para as suas comunidades, oferecendo educação ambiental aos visitantes (LINDBERG; HAWKINS, 2005).

De modo mais amplo, foi perguntado sobre o envolvimento entre os setores públicos para a gestão do turismo em conjunto com a comunidade e obteve-se a seguinte resposta:

Fraco. É fraco em apoio, ne? Nós temos apoio mesmo direto, é do ICMBIO, de turismo de base comunitário, porque ele já foi muito forte aqui na comunidade, dentro aqui do Marajó a nossa comunidade é piloto daqui. Ai, do poder público a gente tem muito pouco apoio. Muito mesmo. Porque a gente está tentando reerguer esse turismo de base comunitário que tinha há 6 anos atrás, e por causa da má administração na associação, aí desorganizou, ne? Aí, agora nós

---

<sup>13</sup> Entrevistado 01 - Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em novembro de 2017.

<sup>14</sup> Ainda não há um estudo sobre o fluxo turístico para o município e as comunidades. Informação verbal de um funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Soure, em julho de 2017.

<sup>15</sup> Entrevistado 01 - Morador da Comunidade do Pesqueiro, informação concedida em julho de 2017.



estamos a dois anos reorganizando novamente tudo isso. Só por conta de nós (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>16</sup>).

É possível perceber que os órgãos gestores de turismo, de acordo com a presidente da ASMUPESQ, não se fazem presentes para o desenvolvimento do turismo. O órgão mais presente e considerado como gestor e parceiro da comunidade é o ICMBIO. Contudo, alguns moradores entrevistados, ainda que considerem importante a conservação do meio ambiente, não concordam com normas e restrições de uso da RESEX. Há reclamações, principalmente acerca das ações de fiscalização do ICMBIO.

A “queixa” é que as normas desse órgão público limitam as ações dos moradores e, conseqüentemente, dos turistas, enfatizando que o ICMBIO tem mais ações de fiscalização do que de educação, orientação ou sensibilização. A instituição da RESEX trouxe restrições de uso e, inicialmente, as atividades para sensibilizar os moradores foram realizadas, porém, atualmente, as ações, no entendimento de alguns moradores, são esporádicas e ocorrem maioritariamente para punir os moradores que não se adaptam às normas de uso.

Uma liderança da Comunidade do Pesqueiro, dona da chamada “casa do pescador”, informou que na vila existem, no total, oito casas que atendem turistas. Essa moradora entrevistada, que participa de diversos eventos sobre turismo pelo Brasil, cita:

Um exemplo bem básico que eu posso te dar são as cercas que existiam antes de 2001, que já existiam há muito tempo, que é cultural aqui mesmo, meu sogro tinha o papel de compra da terra. Onde na verdade isso não existe. Aqui é concessão de uso, aqui é patrimônio da União, então quem vendeu pra ele não podia ter vendido, porque não era dele também. E aqui é área de marinha, há anos, décadas atrás. Então tudo isso gerou conflito, e muito mais com os mais velhos. A geração do meu marido é um dos fiscais do conselho deliberativo aqui da RESEX. Então ele tem uma cabeça melhor, que já entende isso. Mas nem todo mundo pensa assim. Então quando o ICMBIO fez isso, gerou muito conflito, mas depois de um tempo, acho que 2010 isso, e aí começou essa história de ecoturismo, lá no Maranhão. Foi um seminário que eu fui pra entender as regras que existem numa Unidade de Conservação e RDS e essas coisas todas. E falaram o que a gente poderia fazer com o turismo dentro dessas áreas (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>17</sup>).

Todavia, outro morador ressaltou a dificuldade no recebimento de visitantes pela impossibilidade de construir um hotel para atender os turistas, pois de acordo com um morador da Vila do Pesqueiro,

[...] não posso nem mudar minha casa. Se eu quero consertar essa ripa, preciso ir na cidade pedir uma autorização. A senhora acredita? Preciso pedir autorização pra mudar minha casa, casa que nasci e cresci. A senhora pense então como é pra montar um hotel. [...] é difícil alguém que nem conhece querer mandar na nossa casa (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>18</sup>).

---

<sup>16</sup> Presidente da ASMUPESQ – informação concedida em julho de 2017.

<sup>17</sup> Entrevistado 01- Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em novembro de 2017.

<sup>18</sup> Entrevistado 02 – Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em julho/2017.

Esse morador questiona que, dentre as normas de uso da RESEX, está a impossibilidade de pintar, consertar, alterar ou fazer qualquer tipo de reforma nas suas casas ou construir um novo imóvel, sem a autorização do ICMBIO, e faz referência a outra comunidade vizinha, a comunidade do Céu (também pertencente à RESEX), que conta com um hotel e, portanto, pode atender mais visitantes.

Com outro ponto de vista, um morador, também do Pesqueiro, comentou sobre como é realizada a hospedagem de visitantes e como a renda pode ser dividida entre a comunidade, demonstrando que mesmo que não haja uma hospedagem comunitária, é possível receber visitantes:

[...] isso é um anexo da minha casa, com autorização do ICMBIO. A gente tirou o quarto que tinha aqui e colocamos pra lá, e fizemos o redário. **Mas isso essa renda é sua ou da comunidade?** É minha. O quarto é meu. Mas aí a gente espalha pra comunidade. Por exemplo, eu tenho a hospedagem aqui, aí o pessoal que fica aqui paga pra mim. Mas eles não tomam café aqui, já vão tomar café ali no bar. Que tá na minha diária, mas eu repasso pra lá. Almoço a gente também não serve, mas a gente sempre indica o pessoal lá na praia, que a gente tem 8 restaurantes lá que aceita cartão de crédito e tudo, então já vai lá pra praia. Passeios, a gente indica que são os passeios que já foram formulados desde 2008, de Igarapé, Turu e agora tem lá pro Céu, [...] porque se você tá na comunidade, você ajuda toda a comunidade. A renda circula em toda a comunidade. Não é como se fosse um hotel na cidade, onde só o hotel ganha com transporte, comida, cama, bar. Tudo é centrado no hotel mesmo. Aqui não. A gente divide com todo mundo, e se configura como um turismo de base comunitária. E a gente tem um apoio muito maior do MMA, que tá sempre apoiando (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>19</sup>, grifo da autora, pois foi um complemento de pergunta).

Para Diegues (2008), em áreas protegidas, essas imposições quanto à regulação de uso, frequentemente geram conflitos, em que os moradores tendem a resistir às mudanças. Contudo, com o estímulo ao diálogo, é possível diminuir os conflitos. Fennel (2002) completa que, ao perceber o meio como possível captador de renda, os moradores de uma comunidade organizam-se para promover a preservação desse espaço, no intuito de atrair mais visitantes e renda.

Para outro entrevistado, morador da comunidade do Pesqueiro, o turismo mostra-se como uma possibilidade de renda extra entre os moradores e esse é um dos motivos que os incentiva a auxiliar na preservação da RESEX.

Eu auxílio na preservação dessas unidades, e [...] enquanto eu tiver aqui, eu defendo meu território, defendo onde eu tô e o que eu quero mostrar. Então eu não quero que derrube o mangue porque é a paisagem que o pessoal mais vislumbra quando está aqui. Porque a gente já teve ocasião da gente ter perdido três condutores só aqui da comunidade, mais uma senhora que foi embora e fechou a casa. Por quê? Porque não tem renda. A pesca hoje em dia, dentro de uma comunidade pesqueira como a nossa, decaiu muito em dez anos. Mais ou menos isso. A gente joga por alto, mas acho que tem mais de 10 anos que começou a escassear. E se essas pessoas continuarem a ir

<sup>19</sup> Entrevistado 1- Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em novembro de 2017.

embora daqui, [...] então quer dizer que chega uma hora, que se a gente não pegar esse turismo e colocar aqui pra gerar uma renda, ou pelo menos ajudar a melhorar nossa qualidade de vida, [...] daqui a pouco não vai ter ninguém na área. [...], o TBC é um complemento de renda da comunidade. É renda pra todo mundo que trabalha, e que tá envolvido com ele (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>20</sup>).

O ICMBIO mostra-se disponível ao debate de interesses para o alcance de um objetivo comum, no caso, o desenvolvimento sustentável por meio do turismo. Todavia, as restrições de uso na RESEX acabam por inibir esse debate. A resistência por parte dos moradores da RESEX em receber as restrições de uso, bem como a mudança na dinâmica do modo de vida local são questões que restringem a integração e o diálogo.

A sensibilização da comunidade quanto a sua responsabilidade de uso do espaço é outro desafio que deve ser ultrapassado para que esta perceba a relevância desses espaços e fiscalize as ações que ali acontecem, tanto nas práticas dos moradores quanto dos visitantes. Para minimizar os efeitos negativos e maximizar os benefícios, é importante que sejam criadas estratégias para o alcance positivo da gestão sobre o manejo e a visitação em uma UC, compatibilizando os interesses dos envolvidos. De acordo com Takahashi (2004, p.16), “A chave para a questão é encontrar um consenso entre os envolvidos, sobre quanto do impacto é aceitável”.

Quando bem planejado e utilizando as ferramentas (Plano de Manejo e Conselho Gestor), o uso público do espaço (como a prática do turismo) pode alcançar os objetivos propostos nas justificativas de criação da UC: favorecer a compreensão e apropriação pelas pessoas e possibilitar as relações com a sociedade. Na vila do Pesqueiro, a gestão do ICMBIO, se mostra integrada e articulada com as comunidades locais, de modo que os planos, programas, projetos e ações realizadas alcançam os objetivos propostos, no que tange à sustentabilidade e ao desenvolvimento local, valorizando a fauna, a flora, a cultura e a sociedade, além de promover atividades que possibilitam a sensibilização quanto à conservação ambiental, tanto dos moradores quanto dos visitantes.

Afirmar que se trata de um TBC, considerando só conflitos internos localizados na comunidade, pode ser prematuro. Contudo, o turismo desenvolvido nas comunidades da RESEX colabora com a existência “de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento” (IRVING, 2009, p. 108), as quais certamente contribuem para um desenvolvimento sustentável.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável é um termo contraditório, que traz uma perspectiva de desenvolvimento que abrange aspectos econômicos, sociais e ambientais. Não se pode afirmar que exista o desenvolvimento sustentável na RESEX de Soure, porém, há uma lógica que busca envolver seus moradores nas tomadas de decisão no que tange às ações a serem dinamizadas naquele lugar. Dentre essas ações, há interesse em manter as práticas turísticas nas comunidades, já que essa atividade aparece como elemento fundamental na complementação da renda local.

Na RESEX, há uma organização dos moradores com práticas que surgiram desde antes da instituição da UC, como a mobilização de um grupo para o alcance de

---

<sup>20</sup> Entrevistado 1- Morador da Comunidade do Pesqueiro, entrevista realizada em novembro de 2017.

um interesse comum (salvaguardar os recursos naturais, mais especificamente a extração excessiva do caranguejo).

Com a instituição da RESEX, as práticas participativas também mudam para uma compreensão de que a participação tem uma função cada vez mais política, principalmente pela criação do Conselho Gestor como ferramenta que envolve os moradores e o setor público em prol de um objetivo comum.

No caso do turismo na Comunidade do Pesqueiro, a organização dos moradores apresenta-se na ASMUPESQ e no Conselho Gestor. Porém, apenas a existência desses espaços de participação não garante que haja o envolvimento dos moradores, sendo esse um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável e, no caso deste estudo, também para a prática turística na Comunidade do Pesqueiro. Na RESEX de Soure, pode-se questionar, em estudos futuros, sobre o preparo para esse tipo de gestão descentralizada e se os moradores estão disponíveis e interessados nesse caminho.

Neste estudo, pode-se entender que a criação desses espaços para a participação social foi importante para o envolvimento da comunidade nas decisões da RESEX. Contudo, os moradores que estão mais à frente desses espaços (representantes da ASMUPESQ, do Conselho Gestor e os que participam das reuniões) mostram-se mais politizados do que os demais moradores. É possível que pelo maior contato com o setor público, em busca de ações coletivas, os participantes tendem a desenvolver argumentos e linguagens que compreendem as exigências econômicas, sociais e ambientais.

Essa consciência de bem comum aponta para a possibilidade de uma nova organização dos moradores dessa comunidade, em que os líderes não se contentam apenas com apreender os problemas, mas sim entender o conjunto no qual esse problema está inserido, bem como mobilizar toda a comunidade para a solução do percalço.

No caso do turismo, apenas o interesse em trazer o turista para a comunidade não é suficiente. É preciso que os moradores sejam atores desse processo e que sejam guiados pelo interesse coletivo de desenvolvimento. Ademais, devem buscar a sensibilização dos visitantes quanto à questão ambiental, assim como se organizar para receber esses visitantes. Percebe-se que o desafio para consolidar o turismo numa perspectiva de preocupação socioambiental está na participação. A participação não apenas para conseguir benefícios, mas, sobretudo, colaborar, auxiliar e intervir no processo de tomada de decisões em todos os níveis. Deve-se buscar uma gestão não exclusiva do setor público, com a integração dos envolvidos, para então tomar decisões sobre a gestão da UC.

O desenvolvimento sustentável, por meio do turismo, na comunidade estudada, é um processo que vem caminhando aos poucos, enfrentando alguns obstáculos, mas alcançando alguns resultados. A partir do efeito multiplicador do turismo, esta atividade representa uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de maneira a preservar a identidade local, conservar os patrimônios (natural e cultural) e dinamizar a economia da comunidade. Faz-se necessário, a partir desse contexto, considerar o turismo como elemento fundamental na complementação da renda local, que pode colaborar para a sensibilização de moradores e visitantes, a partir do diálogo e envolvimento com setores público e privado na busca pelo desenvolvimento sustentável da comunidade. Além disso, o envolvimento de todos os agentes da cadeia produtiva colabora com ações de planejamento e gestão pública do turismo que são indispensáveis para a melhor condução da atividade, com a viabilidade de um turismo com o máximo de benefícios econômicos e sociais e o mínimo de danos ambientais.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos moradores da comunidade estudada pela disponibilidade em participar dessa pesquisa e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) que apoiou o desenvolvimento deste estudo.

## REFERÊNCIAS

- AMMANN, S. B. **Participação social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 2009.
- BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. 14 edição. São Paulo. Editora SENAC, 2019.
- BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. 8ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**, Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, DF, 2000.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Memória – 1ª Reunião do GT de Uso Público da RESEX Marinha de Soure**. Pauta – finalização do Plano de Ação, 2016.
- BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação federais**: princípios e diretrizes, 2017. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo\\_de\\_b%20ase\\_comunitaria\\_em\\_uc\\_2020.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_b%20ase_comunitaria_em_uc_2020.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC\\_FEV17%20-%20B\\_Cat.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_FEV17%20-%20B_Cat.pdf)> Acesso em: 06. jun. 2017.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Ministro Visita Ilha de Marajó para identificar potenciais e promover turismo**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12891-visita-%C3%A0-ilha-do-maraj%C3%B3-para-identificar-potenciais-e-promover-turismo.html>> Acesso em 12.dez. 2020.
- BROKAJ, R. Local government`s role in the sustainable tourism development of a destination. **European Scientific Journal** November 2014 edition vol.10, No.31 ISSN: 1857 – 7881 (Print) e - ISSN 1857- 7431.

BRUSECKE, F. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, L.; VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.

CRUZ, M. E. M. **Soure**: pérola do arquipélago de Marajó. Belém: Lima, 1999

DANIELI, M. A.; DICK, E.; ZANINI, A. M. Conselho Gestor de Unidades de Conservação. In: DANIELI, M. A.; DICK, E.; ZANINI, A. M. (Orgs.). **Gestão participativa em unidades de conservação**: Uma experiência na Mata Atlântica. Rio do Sul, SC: Editora APREMAVI, 2012.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª Edição. São Paulo: Hucitec, USP, 2008.

REIS, C. C. S. dos; SOUZA, R. C. A.: Aplicabilidade da Análise de conteúdo em pesquisas na área do turismo: um olhar sobre a Ilha de Itaparica (BA). **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 9, n. 2, p. 41-53, 2019.

FENNEL, D. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M; GUERRA, L. (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. P 129 – 166.

FIGUEIREDO, S. J. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: Naea/UFGA, 1999.

FIGUEIREDO, S. J. L; NOBREGA, W. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. J. L; NOBREGA, W; AZEVEDO, F (Orgs.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: Naea/UFGA. 2015. p. 11 – 37.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. Niterói: UFF, 2008.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ. **Boletim de Turismo do Estado do Pará**. Belém, 2016.

GALLERO, L. El Impacto de la globalización sobre el turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas – SP: Papirus, 2002.

LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** Rio de Janeiro: Proposta, 1997.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Petrópolis :Vozes, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

LINDBERG, K. HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 2005.

MARTINS, S. R. O. (2003) Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 51-9, set.2002.

MARÚJO, N. O estudo de caso na pesquisa em turismo: uma abordagem metodológica. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 5, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/20055/1/O%20ESTUDO%20DE%20CA%20SO%20NA%20PESQUISA%20EM%20TURISMO%20.%20UMA%20ABORDAGEM%20METODOL%20GICA%20%281%29.pdf>> Acesso em 01/12/20120.

MAY, T. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIRANDA NETO, M.J. **Marajó: desafio da Amazônia- aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento**. Rev. e atual. EDUFPA, Belém, 2005.

NASCIMENTO, E. P. **Trajectoria da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos avançados. 2012 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em: 10. Mar. 2017.

PARÁ. Secretaria de Turismo do Estado do Pará. **PLANO VER-O-PARÁ. Plano estratégico de turismo do Estado do Pará. 2012 – 2020**. Relatório Executivo, 2012.

REIS, C. C. S dos; SOUZA, R. C. de A. Aplicabilidade da Análise de conteúdo em pesquisas na área do turismo: um olhar sobre a Ilha de Itaparica (BA). **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 9, n. 2, p. 41-53, 2019.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 2016.

SACHS I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. SP: Vértice, 1986.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007

- SMITH, S. **Practical Tourism Research**. Wallingford: Cabi International, 2010
- SOUZA, A.L. de. Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sóciohistórica. In: **Terceira Margem Amazônia** - v.1, n.3-4 T315 -- São Paulo: Outras expressões, 2014.
- TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. out. 2004.
- TEISSERENC, M. J. da S. A. **Política, ambientalização e desenvolvimento territorial e reservas extrativistas**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792016000200229&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792016000200229&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 15. jul.2019.
- TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 2012.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Ed Atlas, 2005.
- WEINSTEIN, B. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993
- WEAVER, D., & LAWTON, L. **Tourism Management**. Milton, Australia: John Wiley & Sons, Ltd., 2006.

*Sustainable development and tourism: the challenge of participation in Vila do Pesqueiro, on the island of Marajó - Pará - Amazônia*

**Abstract**

*The article aims to discuss the local context of the Vila do Pesqueiro, at RESEX Marinha de Soure, highlighting the main difficulties for sustainable development for the practice of tourism. The study was based on theories on sustainable development, tourism and participation. Methodologically, four field visits were made, with semi-structured characterization carried out with the local residents of RESEX. As a result, the research points out that with the institution of RESEX, practices have also changed to an understanding that participation has an increasingly political function, involving residents and the public sector, in favor of a common objective, highlighting the dating challenges by respondents for the development of tourism in a sustainable way. Among the results is a difficulty in organizing the local residents and the articulation between public and competent agents in the establishment of actions in collective benefits.*

**Keywords:** Sustainable Development. Tourism. Participation. Marajó. Amazônia.

Artigo recebido em 16/09/2020. Artigo aceito em 15/04/2021.